CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

DIVULGAÇÃO

Privilégios que o Consórcio vem recebendo anda incomodando

A parceria Paes e Jaé

Uma relação entre "irmãos", que não largam a mão do outro mesmo em momentos difíceis. A parceria entre a Prefeitura do Rio e a concessionária que opera o cartão Jaé vem causando desconforto entre servidores de carreira do município hoje comandado por Eduardo Cavaliere. O que tem incomodado são os privilégios que o Consórcio Bilhete Digital (CBD) vem recebendo da Secretaria Municipal de Transportes (SMTR), que abriu mão de sua função institucional de exigir o cumprimento integral do contrato de licitação assinado no fim de 2022.

E a SMTR?
Não se tem notícia nos corredores do governo municipal, ou mesmo por intermédio da imprensa, de qualquer ação de fiscalização da SMTR sobre o cartão Jaé, iniciativa do ex-prefeito Eduardo Paes. E não é por falta de denúncias ou indícios de mau atendimento aos passageiros que utilizam diariamente ônibus e vans municipais, cabritinhos, VLT e BRT.

Passageiros sem voz
A enxurrada de críticas que vêm sendo feitas regularmente pelos passageiros – basta dar uma olhadinha nas redes sociais para perceber o tamanho do problema – não estão sendo levadas em consideração. Até agora, nenhuma multa aplicada ou cobrança pública para a melhoria do serviço. Que parceria é essa?

DIVULGAÇÃO

Histórias das atletas nas escolas do Rio

Pioneiras do futebol feminino no Rio

Marisa, Fanta, Fia, Danda e Pelé, pioneiras da seleção brasileira que começaram a jogar quando o futebol ainda era proibido para mulheres no país, vão levar suas histórias às escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro. O projeto batizado de "Pioneiras nas Escolas" terá palestras e atividades práticas em grandes ginásios de 10 escolas a partir desta quarta-feira (21).

Ginásios Olímpicos
A iniciativa começa este ano nos Ginásios Educacionais Olímpicos e deve chegar a toda a rede em 2027, durante a Copa do Mundo Feminina da FIFA, que acontece no Brasil. Uma lição de quem abriu caminho dentro de campo e mostrou que lugar de mulher é onde ela quiser. A primeira foi nesta quarta-feira (21), na Escola Municipal Juan Antonio Samaranch (597 alunos), localizada na Rua Marcel Proust 201, Santa Teresa.

Rio com programa LGBTI+

O Governo do Rio publicou, nesta quarta-feira (21), o Decreto nº 50.536, que regulamenta o Programa Estadual Rio Sem LGBTIfobia, criado por lei em 2021. A medida estabelece diretrizes para a gestão e a execução das políticas públicas de combate à violência e à discriminação, ampliando o acesso da população LGBTI+ aos direitos fundamentais.

Gestão do programa

Assinado pelo governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, o decreto atribui à Subsecretaria de Políticas LGBTI+ a gestão e a coordenação do Rio Sem LGBTIfobia. Entre as funções estão planejar, monitorar e avaliar ações, elaborar protocolos de atendimento, articular redes de proteção e promover campanhas, capacitações e ações de conscientização.

Movimentos sociais

O Rio Sem LGBTIfobia foi construído em diálogo com movimentos sociais e o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBTI.
A norma prevê que diretrizes, objetivos e prioridades sejam formulados, sempre que possível, em articulação com o conselho, reforçando a participação social na elaboração das políticas públicas de garantia de direitos.

Rede de atendimento

O decreto reorganiza a rede de atendimento do Rio Sem LGBTIfobia, que reúne Centros de Cidadania LGBTI+, Polos de Cidadania LGBTI+, Centros Comunitários de Cidadania LGBTI+ e serviços presenciais ou de teleatendimento. A medida busca integrar os equipamentos e aprimorar a organização dos serviços oferecidos à população em todo o estado.

Disque Direitos Humanos

A regulamentação disciplina a atuação do Disque Cidadania e Direitos Humanos, serviço gratuito que acolhe, orienta e encaminha denúncias de preconceito, discriminação e violência. O atendimento também prevê o monitoramento dos casos, com o objetivo de fortalecer a proteção da população LGBTI+ e qualificar a resposta do poder público.

Mais acesso a direitos

Conforme a estrutura e a capacidade operacional de cada unidade, o Rio Sem LGBTIfobia poderá oferecer apoio psicossocial e orientação para acesso à Justiça, saúde, assistência social, trabalho, emprego e renda. O decreto também prevê articulação entre os governos federal, estadual e municipal, além da participação da sociedade civil, para ampliar a garantia de direitos.

ROSINEI COUTINHO/STF

Minuta chegou a ser redigida por André Menonça

Canais políticos seguem ativos na reta final da eleição

TSE chegou a desistir de restrição, mas recuou da iniciativa

Por **Beatriz Matos**

A tentativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de restringir canais políticos no WhatsApp terminou em recuo. A Corte chegou a preparar uma minuta para suspender canais de grande alcance durante o período próximo à votação, mas a proposta não avançou.

O movimento ocorreu em meio ao crescimento do "Exército do Lula", administrado pelo deputado André Janones (Rede-MG), que ultrapassou 7 milhões de inscritos. As medidas, após o próprio tribunal estabelecer novas regras para esses canais, levanta questionamentos sobre a necessidade de novas restrições e a segurança jurídica do processo eleitoral.

Para o especialista em Direito Eleitoral e professor da Estácio Brasília, Armindo Madoz, o problema não está na discordância entre os magistrados, mas na justificativa para uma nova intervenção. "A questão jurídica fundamental não está na divergência entre os ministros, mas na necessidade de demonstrar quais circunstâncias justificariam uma nova restrição tão próxima da votação, sobretudo quando já existe regulamentação específica sobre a matéria."

MINUTA

A minuta, redigida pelo vice-presidente do TSE, André Mendonça, previa suspender canais político-eleitorais com mais de 200 mil seguidores nas 48 horas anteriores e nas 24 horas posteriores à votação de domingo (25). A medida alcançaria tanto o canal de Janones quanto a "Tropa do Flávio", ligada a apoiadores de Flávio Bolsonaro (PL), com cerca de 2 milhões de inscritos.

A proposta surgiu após reuniões realizadas nos dias 16 e 20. Em nota divulgada nesta quarta-feira (21), o gabinete de Mendonça esclareceu que houve consenso entre os ministros sobre a necessidade de discutir o assunto. "A minuta não é uma iniciativa individual. A necessidade de sua elaboração parte de um entendimento construído em conjunto, o texto ainda está em discussão interna, e qualquer versão final depende de deliberação colegiada do Tribunal", destacou.

Segundo a nota, o objetivo seria proteger a integridade da eleição nas horas próximas à votação, quando não haveria tempo suficiente para responder ou corrigir conteúdos ilícitos.